



FÓRUM

Fórum das Entidades Representativas
do Ensino Superior Particular

ELEIÇÕES 2018

10 PROPOSTAS
RELEVANTES PARA
A EDUCAÇÃO
SUPERIOR BRASILEIRA

ELEIÇÕES 2018

10 PROPOSTAS RELEVANTES PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

- 1** Combater o analfabetismo e os impactos gerados ao longo do processo educacional;
- 2** Avançar na reformulação da educação básica de forma a atender as metas do Plano Nacional de Educação;
- 3** Investir na formação de professores e incentivar a carreira docente;
- 4** Estimular a inovação na educação superior, modernizando o processo de ensino-aprendizagem;
- 5** Fomentar a formação tecnológica para atender às novas profissões, potencializando a empregabilidade;

- 6** Defender o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, adequando a legislação vigente para que seja efetivamente cumprida;
- 7** Diversificar e ampliar o acesso à educação superior com ênfase em programas de inclusão social, como Fies e ProUni;
- 8** Fortalecer a educação a distância (EAD) como fator estratégico para o desenvolvimento do país e para o atingimento das metas do PNE;
- 9** Ampliar a participação do setor privado na elaboração das políticas públicas para a educação superior;
- 10** Estabelecer uma política de Estado para a educação superior, conferindo segurança jurídica aos agentes envolvidos.

APRESENTAÇÃO

O presente documento, *Eleições 2018 - 10 propostas relevantes para a educação superior brasileira*, foi elaborado por **Arnaldo Niskier** – jornalista, professor e escritor brasileiro, membro da Academia Brasileira de Letras (ABL); **Antonio Carbonari Netto** – educador, membro da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE) e **Gilberto Garcia** – reitor, membro da Câmara de Educação Superior do CNE e ex-presidente do órgão.

As propostas aqui apresentadas são fruto de deliberação política do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, que, constituído em abril de 2008, congrega as principais organizações que atuam para o fortalecimento da educação superior particular no Brasil, a saber:

- ✦ Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES);
- ✦ Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades (Abrafi);
- ✦ Associação Nacional dos Centros Universitários (Anaceu);
- ✦ Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp);
- ✦ Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen);
- ✦ Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep);
- ✦ Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado do Rio de Janeiro (Semerj).

No Brasil de hoje, não é exagero afirmar que a educação superior é, marcadamente, particular quanto à sua oferta. Se é verdade que o poder público não consegue suprir a necessidade da demanda educacional

do país em nenhum nível de ensino, o quadro se agrava quando pensamos no superior.

Vale ressaltar que as instituições particulares de educação superior contribuem de maneira crucial para o desenvolvimento socioeconômico do país e para a transformação de vidas a partir das oportunidades que se abrem após a conclusão da graduação. Sem sombra de dúvida, a maior parte das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, não serão vencidas sem a efetiva contribuição do setor privado, conforme apontam os dados a seguir:

- De acordo com o Censo da Educação Superior 2016 (Inep/MEC), o setor privado representa **88%** das instituições de educação superior sendo responsável por **75%** do total de matrículas nesse nível de ensino. Ou seja, de cada 4 alunos matriculados no país, 3 estão nas instituições particulares;
- Dos cerca de 8 milhões de alunos que atualmente cursam graduação no país, mais de **6 milhões** estão nas salas de aula da iniciativa privada.

Nesse contexto, a atuação do Fórum tem como eixo norteador a premissa de que o ensino é livre à iniciativa privada, desde que atendidas as normas gerais da educação nacional. A entidade age para que o poder público garanta às instituições particulares de ensino superior as condições necessárias para que possam atuar sem limitações ou discriminações.

Com o trabalho pautado, prioritariamente, em uma forte atuação junto aos principais atores da política nacional de educação, mais do que acompanhar a legislação e/ou propostas em tramitação, sempre que necessário a entidade atua na melhoria das normas e políticas públicas educacionais, de acordo com a realidade da educação superior brasileira.

O Fórum figura como a maior instância catalisadora de debates sobre a educação superior, além de ser referência em estudos e pesquisas, tanto na área acadêmica quanto no âmbito político. Historicamente, tem sido apresentado ao Ministério da Educação

(MEC), ao Congresso Nacional e a setores organizados da sociedade propostas de políticas públicas para a educação superior que expressam as reivindicações legítimas do setor privado, visando a busca contínua pela qualidade na atividade educacional.

Assim, por considerar a educação como campo estratégico para o desenvolvimento da nação e condição básica para a construção de uma sociedade democrática, o Fórum apresenta um conjunto de propostas que podem ser utilizadas como subsídios para a elaboração dos programas de governo dos candidatos à Presidência da República, visando a busca contínua pela qualidade do processo educacional.

Trata-se de uma soma atualizada de desafios e propostas colaborativas, ao mesmo tempo em que firma o compromisso do Fórum em predispor seus pesquisadores e consultores às agremiações políticas na tarefa de identificar e adotar os meios que visem à sua concretização.

Cabe destacar que os apontamentos levam em conta a relevância da educação para a melhoria da produtividade e da competitividade, dois fatores que podem impactar de forma expressiva, a título de exemplo, no crescimento econômico e na recuperação das condições de vida das populações.

Não foram esquecidas recomendações que visam as mudanças necessárias para a melhoria dos demais sistemas de ensino, para além do sistema federal. Por isso, ressalta-se que a soma dos desafios e das propostas aqui apresentadas ultrapassam os limites da educação superior, contemplando também a educação básica.

Enfrentamos ainda profundas disparidades regionais e entraves nos universos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, realidade que alimenta o ciclo vicioso de um dos maiores dramas sociais do país. Para se alcançar as metas corretivas estabelecidas no PNE será necessário um grande pacto nacional de valorização e fortalecimento das demandas educacionais.

O Fórum anseia que os candidatos à Presidência da República possam extrair deste documento ideias propositivas para seus programas de governo e que transformem a educação, efetivamente, em uma política pública prioritária para o Brasil.

Isto posto, apresenta um decálogo, ou seja, um conjunto de dez ações com intervenções inadiáveis na política educacional, do ponto de vista do segmento privado, enquanto propostas para a construção dos programas de governo na área da educação.

Essas ações, algumas já inseridas nas metas vigentes do PNE, também deverão conduzir aos propósitos expressos nos incisos do art. 214 da Constituição Federal, quais sejam: erradicação do analfabetismo; melhoria da qualidade do ensino; universalização do atendimento escolar; formação para o mundo do trabalho; promoção humanística, científica e tecnológica do país.

As propostas que se seguem também se identificam como peça técnica referencial para a ação pública do Estado na esfera da educação.

1. Combater o analfabetismo e os impactos gerados ao longo do processo educacional;

Os números atuais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua 2017) relativos ao analfabetismo das pessoas com idade acima de 15 anos demonstram que a taxa caiu de 7,2% em 2016 para 7,0% em 2017. Isso significa que o país ainda tem 11,5 milhões de pessoas que não sabem ler e escrever. A meta nº 9 do PNE previa uma taxa de 6,5%, em 2015, e a erradicação do analfabetismo até 2024. Para se alcançar o pleno exercício da cidadania, o **Fórum** ressalta serem fundamentais as políticas públicas de combate ao analfabetismo, bem como o investimento no processo de formação do aluno, evitando que os jovens saiam da escola com deficiência na compreensão do que leem, o chamado analfabetismo funcional.

2. Avançar na reformulação da educação básica de forma a atender as metas do Plano Nacional de Educação;

Os últimos levantamentos nacionais apontam que pouco mais da metade dos jovens brasileiros concluem a educação básica até os 19 anos de idade. No último ano, as matrículas no ensino médio tiveram queda e, atualmente, cerca de 1,5 milhão de jovens de 15 a 17 anos estão fora da escola, segundo dados do Censo de Educação Básica de 2017. Na faixa entre 15 a 29 anos, a PNAD Contínua 2017 mostra que 11,2 milhões de jovens além de não frequentarem a escola também não estão empregados: números comprometedores para o desenvolvimento nacional. O **Fórum** defende o aprofundamento da reforma do ensino médio, de forma que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) possa se adequar à realidade do jovem de hoje. Sem educação básica de qualidade não se consegue dar uma formação acadêmica e profissional qualificada.

3. Investir na formação de professores e incentivar a carreira docente;

Atendendo a meta nº 2 do PNE, o Brasil tem buscado universalizar o ensino fundamental para toda a população de 6 a 14 anos, mas há falhas no que diz respeito à qualidade, em parte devido à insuficiente formação e às limitações nas condições de trabalho de professores e educadores. Ações como o aumento de 3 para 4 anos na duração da formação do professor, ora em implantação, devem se somar à modernização dos currículos de modo a haver sintonia com as novas tecnologias a serem utilizadas em sala de aula. Para o **Fórum**, a efetividade dessas políticas dependerá, em grande parte, do esforço do Estado para materializar as metas inscritas no PNE e os compromissos estabelecidos concernentes à formação dos profissionais da Educação, com a garantia do regime de colaboração entre a União, os estados, o DF e os municípios.

4. Estimular a inovação na educação superior, modernizando o processo de ensino-aprendizagem;

O mapa do desenvolvimento do Brasil passa pelo investimento em inovação, inclusive na modernização da educação superior, notadamente no campo do ensino-aprendizagem. Por meio do estímulo à inovação, as instituições serão capazes de desenvolver novos ambientes que potencializem a aprendizagem dos alunos, acompanhando as tendências do mundo digital. Nesta direção, o **Fórum** aponta como essencial o estímulo à inovação por meio de uma legislação mais apropriada e de linhas de financiamento compatíveis com as necessidades requeridas nesta área, inclusive com benefícios fiscais que se somem ao esforço privado.

5. Fomentar a formação tecnológica para atender às novas profissões, potencializando a empregabilidade;

O primeiro grande desafio que se apresenta aos mundos do trabalho e da educação profissional e tecnológica no Brasil é o de vencer o preconceito contra o ensino profissionalizante, ainda considerado uma espécie de educação inferior. Uma nova formação para o mercado de trabalho requer, hoje, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico e a valorização da cultura laboral. Profissionais mais qualificados, em carreiras inovadoras, obtêm melhor renda e são mais imunes ao desemprego. O **Fórum** é convicto de que a educação profissional tecnológica deve ser colocada entre as prioridades da política educacional com vistas a fomentar a empregabilidade no país.

6. Defender o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, adequando a legislação vigente para que seja efetivamente cumprida;

Não obstante os esforços recentes de revisão dos instrumentos de avaliação de cursos e de instituições de educação superior, o sistema continua subordinado a um modelo acadêmico incompatível com a modernidade. Isso se torna ainda mais discrepante levando em conta a aplicação desses instrumentos à realidade das pequenas e médias instituições e as especificidades regionais de um país continental. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior deve privilegiar a oferta de qualidade, sem desconsiderar a diversidade de instituições, as necessidades locais e a dinâmica do mercado de trabalho. O Fórum propõe que, com a contribuição de representantes do setor privado, seja promovida ampla reforma na política de avaliação da educação superior, visando corrigir as dissonâncias existentes.

7. Diversificar e ampliar o acesso à educação superior com ênfase em programas de inclusão social, como Fies e ProUni;

Nos últimos anos, o Brasil alcançou números expressivos e ampliou o ingresso no ensino superior por meio de programas como o Fies e o ProUni. Apesar do período respeitável de êxito e de terem sido beneficiados muitos alunos, especialmente os de baixa renda, os resultados foram perdendo força nos últimos anos. O **Fórum** vê como imprescindível a ampliação da oferta dos programas de inclusão social, bem como o uso de critérios mais adequados de modo a garantir a plena execução do Fies e do ProUni, o que não ocorre no momento atual.

8. Fortalecer a educação a distância (EAD) como fator estratégico para o desenvolvimento do país e para o atingimento das metas do PNE;

Ao se considerar um país com área total de mais de 8,5 milhões de km², além do déficit de oferta para atender a demanda por graduação nas regiões mais remotas do território nacional, o incremento da educação a distância (EAD) deve ser pauta prioritária da política pública educacional brasileira. A EAD é, incontestavelmente, fator de capacitação de profissionais e de transformação econômica e social. Hoje, são mais de 1,5 milhão de estudantes atendidos pela EAD, com crescimento considerável a cada ano. A oferta de cursos a distância precisa ser ainda mais difundida de modo a contribuir para se alcançar as metas do PNE. O **Fórum** afirma que a expansão da educação a distância com qualidade deve ser vista como fator significativo e estratégico para o desenvolvimento regional, econômico e social do país.

9. Ampliar a participação do setor privado na elaboração das políticas públicas para a educação superior;

É sempre válido lembrar que o setor privado de educação superior representa 88% das instituições no Brasil e é responsável por 75% das respectivas matrículas. A presença habitual e permanente de profissionais atuantes no segmento privado junto a colegiados e comissões federais constituídos para tratar da matéria educação, sobretudo em temas sobre avaliação e regulação do ensino, não só conduz à pluralidade salutar das ideias e das visões, como aprimora o debate das políticas públicas. Considerando a relevante representatividade do segmento privado de educação superior no país, o **Fórum** entende que se faz justa e necessária a presença e voz do setor para contribuir com a formulação das políticas públicas que dizem respeito ao segmento.

10. Estabelecer uma política de Estado para a educação superior, conferindo segurança jurídica aos agentes envolvidos.

O Brasil precisa estabelecer políticas de longo prazo na educação superior, sem que a eventual troca de ocupantes dos cargos governamentais ocasione em modificações drásticas nos rumos das diretrizes traçadas para o setor. O **Fórum** alerta para o fato de que, sem regras claras e duradouras, não há segurança jurídica para investir em novos *campi*, em ferramentas tecnológicas de alto custo e em novas áreas do conhecimento, que demandam anos de dedicação e estabilidade regulatória.



SHN Qd. 01, Bl. "F", Entrada "A", Conj. "A"
Edifício Vision Work & Live - Sala 914
Asa Norte - Brasília/DF - CEP: 70.701-060

Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular

Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES)

Associação Brasileira das Faculdades (Abrafi)

Associação Nacional dos Centros Universitários (Anaceu)

Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo (Semesp)

Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen)

Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep)

Sindicato das Entidades Mantenedoras dos Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado do Rio de Janeiro (Semerj)

Dirigentes

José Janguê Bezerra Diniz – ABMES (presidente)

Edgard Larry – Abrafi

Arthur Sperandeo de Macedo – Anaceu

Hermes Ferreira Figueiredo – Semesp

Paulo Antonio Gomes Cardim – Confenen

Amábile Pacios – Fenep

Celso Niskier – Semerj

Comissão de elaboração

Arnaldo Niskier (coordenador)

Antonio Carbonari Netto

Gilberto Garcia



SHN Qd. 01, Bl. "F", Entrada "A", Conj. "A"
Edifício Vision Work & Live - Sala 914
Asa Norte - Brasília/DF - CEP: 70.701-060

contato@forumensinosuperior.com.br
www.forumensinosuperior.com.br

